



**Mercedes-Benz Financial Services Portugal –  
Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**

**Relatório e Contas**

**2017**

## ÍNDICE

<b>Relatório de Gestão.....</b>	<b>4</b>
---------------------------------	----------

### **Demonstrações Financeiras**

<b>Demonstração dos Resultados.....</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do Rendimento Integral.....</b>	<b>9</b>
<b>Balanço.....</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</b>	<b>11</b>
<b>Mapa de Alterações no Capital Próprio.....</b>	<b>12</b>

<b>Notas às Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>14</b>
--	-----------

### **Anexos**

**Certificação Legal das Contas**

**Relatório e Parecer do Fiscal Único**

**Política de Remunerações de Colaboradores**

**Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização**



---

## RELATÓRIO DE GESTÃO

**1. A Empresa e a atividade em 2017**

Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (doravante designada por MBFSP ou Sociedade) é detida totalmente pelo importador das marcas Mercedes-Benz e Smart do Grupo Daimler em Portugal (Mercedes-Benz Portugal, S.A. – doravante designada por Marca). A Sociedade tem como objetivo ser a primeira escolha em termos de fornecedor de serviços financeiros para os Concessionários e Clientes finais, exercendo atividades de Retalho (financiamento de veículos ao cliente final) e de financiamento de stock (financiamento aos Concessionários para o stock de viaturas e peças). A MBFSP e a Marca promovem ações conjuntas de modo a oferecer a proposta mais competitiva no mercado para a aquisição e financiamento do veículo, garantido que ambas alcançam objetivos comerciais e de rentabilidade definidos pelo acionista, bem como a fidelização dos clientes às marcas Mercedes-Benz e Smart.

O financiamento automóvel a cliente final representa uma parte muito significativa da atividade da Sociedade. Segundo dados da ACAP o Mercado automóvel cresceu cerca de 7%, tendo sido registadas mais de 263 mil unidades em 2017, comparando com 245 mil em 2016. Em termos de performance, o importador das marcas Mercedes-Benz e Smart viu crescer em cerca de 8% o número de novas unidades matriculadas, crescimento esse que se traduziu na consolidação da sua quota de Mercado em 8% - A Mercedes-Benz foi assim pelo terceiro ano consecutivo a marca premium mais vendida em Portugal. A taxa de penetração da Sociedade que traduz o número relativo de unidades novas financiadas face ao total de matrículas da marca, aumentou para 53% traduzindo assim o aumento da sua competitividade no mercado como cativa de marca e reafirmando o objetivo de ser a primeira escolha do cliente final.

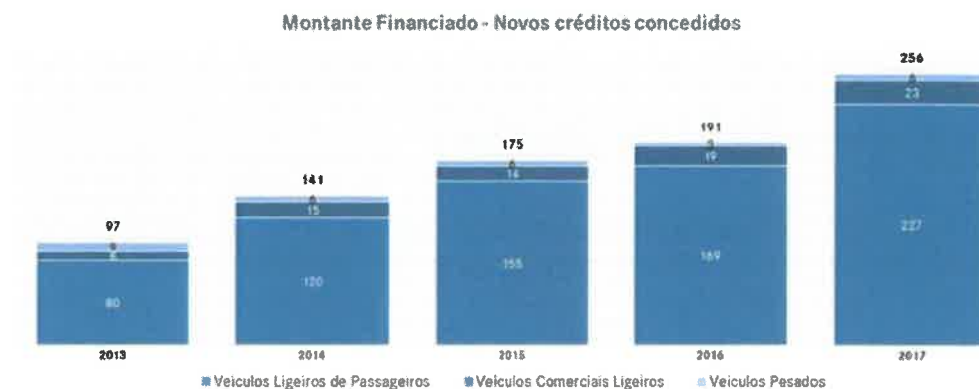
	2016				2017				Δ
	Mercado	Vendas Importador (MB)	Quota Mercado	Taxa de Penetração	Mercado	Vendas Importador (MB)	Quota Mercado	Taxa de Penetração	
Veículos Ligeiros de Passageiros	207.387	18.342	8,84%	49,73%	222.134	19.399	8,73%	54,66%	4,92%
Veículos Comerciais Ligeiros	33.256	1.478	4,44%	43,64%	36.258	1.728	4,77%	49,27%	5,64%
Veículos Pesados	4.706	549	11,67%	24,60%	4.922	818	16,62%	35,58%	10,98%
<b>Total</b>	<b>245.349</b>	<b>20.369</b>	<b>8,30%</b>	<b>48,42%</b>	<b>263.314</b>	<b>21.945</b>	<b>8,33%</b>	<b>53,35%</b>	<b>4,92%</b>

**Nota: Taxa penetração conjunta com Mercedes-Benz – Aluguer de Veículos, Unipessoal Lda**

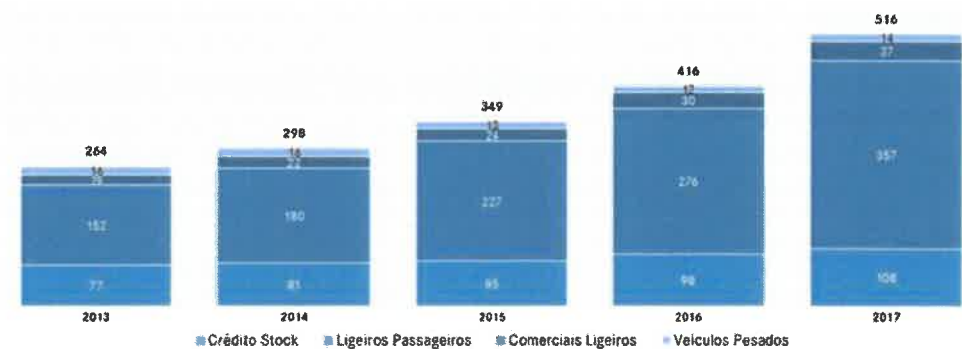
O volume de novos créditos celebrados em 2017 ascendeu aos 256 milhões de Euros, num total de 10.630 contratos representando um crescimento de 35% face ao ano transato.

Os veículos ligeiros de passageiros continuam a revelar-se o segmento de maior relevância no mercado e nas marcas Mercedes-Benz e Smart, representando 89% do volume total financiado pela Sociedade – o volume neste segmento

registou um aumento de 36% face a 2016, sendo o principal impulsionador do crescimento de 35% do total de financiamentos.



A 31 de Dezembro de 2017 a sociedade apresentava uma carteira de crédito a clientes bruta de 516 Milhões de Euros - 24% de aumento face a 2016. Segregando a carteira por linha de negócio 79% dizem respeito à concessão de crédito automóvel a cliente final e os restantes 21% com o crédito de stock - financiamento do stock de viaturas Mercedes-Benz e Smart presente nos distribuidores autorizados da Marca - os crescimentos face a 2016 foram de 28% e 10% respetivamente.



No que diz respeito aos desenvolvimentos de risco de crédito, em 2017 verificou-se uma continuidade no que concerne os níveis de delinquência - o total de crédito em incumprimento há mais de 90 dias representa 0,76% do total da carteira de crédito, que por sua vez se traduz num rácio bastante positivo comparativamente ao mercado.

Foi dada continuidade à estratégia de reorganização da estrutura organizacional bem como o reforço de recursos humanos e otimização de processos nas áreas vitais, nomeadamente aquelas que têm impacto na qualidade do

serviço, tal como o atendimento ao cliente, rede de concessionário Mercedes-Benz / Smart e análise de crédito bem como nas funções de Gestão de Risco através da criação de nova função Risk Management and Quality. Foi ainda dado enfoque a diversos Projetos com vista à melhoria do serviço prestado aos clientes bem como o aumento de eficiência operacional da empresa e mitigação de riscos operacionais, dos quais se destaca o Portal digital PoS (MBFGO®) em todos os pontos de venda a cliente final (Concessionários autorizados das marcas Mercedes-Benz e Smart).

## 2. Outros factos relevantes e eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação

## 3. Perspetivas futuras

A Administração perspetiva um ano de 2018 com desafios no setor automóvel e no mercado financeiro, embora se encontre otimista no acompanhamento da marca, no crescimento sustentado da carteira e na manutenção de reduzidos níveis de incumprimento.

## 4. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o lucro do exercício de 8.193.228, deduzido do montante de 819.323 destinado à reserva legal, seja levado à conta de resultados transitados.

## 5. Nota Final

O Conselho de Administração gostaria de expressar os seus agradecimentos ao acionista Mercedes-Benz Portugal, Clientes, Parceiros de Negócio e em especial a todos os colaboradores que de forma empenhada se têm dedicado ao exercício das suas funções, bem como a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a consecução dos objetivos atingidos.

Abrunheira, 15 de Março de 2018

A Administração

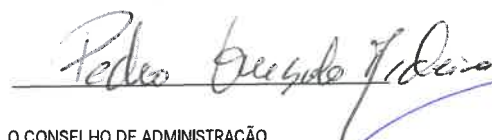


---

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Notas	2017 Euros	2016 Euros reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	18.684.209	16.682.052
Juros e encargos similares	3	(2.791.041)	(2.979.241)
<b>Margem financeira</b>		<b>15.893.168</b>	<b>13.702.811</b>
Resultados de serviços e comissões	4	1.074.267	641.798
Outros resultados de exploração	5	2.270.309	2.487.141
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>19.237.744</b>	<b>16.831.750</b>
Custos com o pessoal	6	3.479.877	3.144.368
Gastos gerais administrativos	7	4.909.711	5.400.082
Depreciações e Amortizações	8	72.222	50.180
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	9	(635.276)	(677.762)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	10	123.170	(73.209)
Outras provisões líquidas de reversões	11	(66.006)	29.837
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>11.354.047</b>	<b>8.958.254</b>
Impostos correntes	12	(3.026.033)	(2.207.157)
Impostos diferidos	12	(134.786)	(191.798)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>8.193.228</b>	<b>6.559.300</b>
<b>Resultado por acção</b>			
Básico	13	0,455	0,364
Diluído	13	0,455	0,364

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

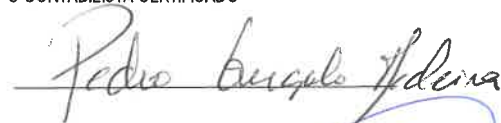


“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”



	2017 Euros	2016 Euros
Resultado líquido	8.193.228	6.559.300
Total do rendimento integral do exercício	8.193.228	6.559.300

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

# Mercedes-Benz Financiamento

Balanço  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	Notas	2017 Euros	31 Dez 2016 Euros reexpresso	01 Jan 2016 Euros reexpresso
<b>Ativo</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	3.107.378	4.498.196	2.154.264
Ativos disponíveis para venda		125	125	649
Créditos a clientes	15	503.275.563	403.036.788	336.448.230
Ativos não correntes detidos para venda	16	123.890	226.529	468.661
Ativos tangíveis	17	267.946	243.081	210.211
Ativos intangíveis	18	108	644	1.453
Ativos por impostos diferidos	19	205.646	340.432	532.230
Outros ativos	20	50.473.811	31.804.038	21.122.197
<b>Total do Ativo</b>		<b>557.454.467</b>	<b>440.149.833</b>	<b>360.937.895</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	21	360.631.823	325.924.021	286.969.356
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	128.092.946	54.128.223	24.965.059
Provisões	23	510.745	619.529	903.966
Passivos por impostos correntes	24	3.059.401	2.289.798	1.944.396
Outros passivos	25	15.185.806	15.407.744	10.933.902
<b>Total do Passivo</b>		<b>507.480.721</b>	<b>398.369.315</b>	<b>325.716.679</b>
<b>Capital Próprio</b>				
Capital	26	18.001.000	18.001.000	18.001.000
Reservas e resultados transitados	27 e 28	23.779.518	17.220.218	17.220.218
Resultado do exercício		8.193.228	6.559.300	-
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>49.973.746</b>	<b>41.780.518</b>	<b>35.221.218</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>557.454.467</b>	<b>440.149.833</b>	<b>360.937.895</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Teodoro Augusto Almeida*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Assinatura]*

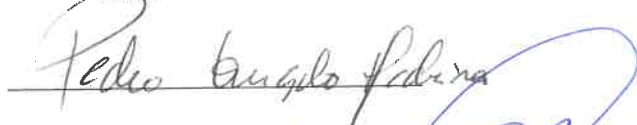
*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	Notas	2017 Euros	2016 Euros
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		26.122.865	21.578.910
Juros, comissões e outros custos pagos		(7.500.181)	(6.556.965)
Pagamentos a fornecedores e empregados		(5.153.330)	(7.111.439)
Outros pagamentos e recebimentos		(749.413)	(6.035.758)
		12.719.941	1.874.750
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Fundos adiantados a clientes		(101.096.912)	(66.625.343)
Débitos para com instituições de crédito		34.552.131	38.995.414
Débitos para com empresas grupo		55.219.733	29.173.477
Débitos para com clientes		(17.806)	229
		(11.342.854)	1.543.777
Impostos sobre os rendimentos pagos		(2.256.429)	(1.861.754)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>(879.342)</b>	<b>1.556.772</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisições de imobilizado		(96.551)	(82.240)
Aumentos em outras contas do ativo		(414.925)	869.401
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>(511.476)</b>	<b>787.161</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital social		-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(1.390.818)	2.343.932
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		4.498.196	2.154.264
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>		<b>3.107.378</b>	<b>4.498.196</b>
<b>Caixa e seus equivalentes engloba</b>			
Disponibilidades em outras IC	14	3.107.378	4.498.196
Outros recursos		-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>		<b>3.107.378</b>	<b>4.498.196</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



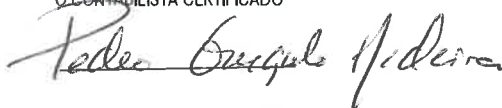
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



"As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras"

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Resultado exercício	Resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	34.014.090	18.001.000	1.252.014	2.984.545	11.776.531
Revogação Aviso BdP nº 3/95 (Nota 35)	1.207.128	-	-	-	1.207.128
Saldo em 01 de Janeiro de 2016 (reexpresos)	35.221.218	18.001.000	1.252.014	2.984.545	12.983.659
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	298.455	(298.455)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(2.686.090)	2.686.090
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	6.559.300	-	-	6.559.300	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016 (reexpresos)	41.780.518	18.001.000	1.550.469	6.559.300	15.669.749
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	542.667	(542.667)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(6.016.633)	6.016.633
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	8.193.228	-	-	8.193.228	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	49.973.746	18.001.000	2.093.136	8.193.228	21.686.382


O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Sign  
here please





---

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. Políticas contabilísticas

### 1.1 Bases de apresentação

A Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (SFIC ou Sociedade) foi constituída por escritura pública no decurso do mês de Maio de 2004 e iniciou a sua atividade no mês de Julho de 2004.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/05, de 17 de Fevereiro, do Aviso n.º 1/05 e da Instrução n.º 9/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da SFIC foram, até final de 2016, preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

Relativamente a 2017, de acordo com o disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, que revoga ao avisos n.º 1/2005 e n.º 3/95, a partir de 1 de Janeiro de 2017 o regime aplicável à Sociedade é alterado, pelo que após o termo do regime transitório (definido no artigo 3.º), as demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), tal como adotadas, na União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As NIRF incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Considerando que até 31 de dezembro de 2016, a Sociedade preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA's, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório, foram convertidas para as NIRF's para efeitos meramente comparativos.

Os ajustamentos de transição para as NIRF's, com referencia a 1 de janeiro de 2016 foram registados em capitais próprios e são apresentados na nota 36.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIRF requer que a Sociedade efetue julgamentos e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade



poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.

## 1.2 Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela Sociedade, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção,
- (ii) Não obstante a Sociedade ter retido parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido das comissões e dos custos externos imputáveis à contratação de operações de crédito, que são periodificados na proporção do registo dos respetivos juros, sendo apresentado em balanço deduzido das perdas por imparidade.

### *Imparidade*

A política da Sociedade consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Inicialmente, a Sociedade avalia se existe evidência objetiva de imparidade para os créditos numa base individual. Para a identificação desses créditos e na respetiva avaliação das perdas por imparidade, a Sociedade utiliza a informação que suporta os modelos de risco de crédito.

Para as carteiras de crédito constituídas por conjuntos homogéneos de crédito, o cálculo das perdas por imparidade efetua-se através de análise coletiva.

As perdas por imparidade relativas a conjuntos homogéneos de crédito determinadas em termos coletivos pretendem refletir as perdas incorridas, incluindo as perdas incorridas ainda não identificadas (IBNR) e são calculadas considerando os seguintes aspetos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela Sociedade de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1 e não obstante o que foi referido anteriormente, a Sociedade aplica nas suas contas as NIRF pelo que, de acordo com o definido no Aviso n.º 5/15 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido é realizada de acordo com a IAS 39, a qual é aplicada no modelo de imparidade da Sociedade e na definição dos créditos com e sem sinais de imparidade.

No entanto, com base na informação presente no decreto regulamentar n.º 5/2016, é reproduzido o regime fiscal que vigorava em 31 de dezembro de 2015, prolongando, pelo menos até 2017, o regime fiscal das perdas por imparidade para risco de crédito aplicável em 2015. Desta forma, é prorrogado, para efeitos fiscais, o enquadramento que decorre do Aviso n.º 3/95, sendo expectável que o tratamento fiscal desta matéria seja objeto de revisão em 2018.

## 1.3 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes ativos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.



O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor atual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

## 1.4 Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### *Locação operacional*

Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### *Locação financeira*

#### *i) Como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### *ii) Como locador*

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes.

O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## 1.5 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui ainda as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

## 1.6 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva;
- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

**1.7 Ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos que refletem a vida útil esperada:

	<u>Número de</u> <u>Anos</u>
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

**1.8 Ativos intangíveis****“Software”**

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## **1.9 Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data da sua contratação, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais

## **1.10 Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a formalidade legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

## **1.11 Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

## **1.12 Imposto sobre lucros**

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento no capital próprio. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em

resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de juro da data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

## 1.13 Relato por segmentos

Considerando que a Sociedade não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, a Sociedade não apresenta informação relativa aos segmentos.

## 1.14 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, outros empréstimos e passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

## 1.15 Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## 1.16 Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

## 2. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NIRF's estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração efetue o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

A Sociedade efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito, de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.2.

O processo de avaliação da carteira de crédito, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

## **Imposto sobre os lucros**

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.



**3. Margem financeira**

A rubrica é composta por:

	2017 Euros	2016 Euros
Locação financeira	14.973.840	13.341.998
Crédito ao consumo	2.680.203	2.321.762
Crédito tomado	1.030.166	1.018.292
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>18.684.209</b>	<b>16.682.052</b>
Recursos de instituições de crédito no país	(2.726.031)	(2.942.092)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(65.010)	(37.149)
<b>Juros e encargos similares</b>	<b>(2.791.041)</b>	<b>(2.979.241)</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>15.893.168</b>	<b>13.702.811</b>

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões, que são registados em resultados na rubrica Juros e rendimentos similares, podem ser analisados como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Proveitos resultantes de comissões cobradas	11.514.497	10.035.671
Custos resultantes de comissões pagas	(2.991.177)	(2.381.160)
	<b>8.523.320</b>	<b>7.654.511</b>

**4. Resultados de serviços e comissões**

Esta rubrica é composta por:

	2017 Euros	2016 Euros
Outros proveitos de serviços e comissões	1.528.491	1.073.103
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>	<b>1.528.491</b>	<b>1.073.103</b>
Outros custos com serviços e comissões	(454.224)	(431.305)
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>(454.224)</b>	<b>(431.305)</b>
<b>Resultados líquidos de serviços e comissões</b>	<b>1.074.267</b>	<b>641.798</b>

A rubrica referente a Outros proveitos de serviço e comissões registam as comissões recebidas das seguradoras, no âmbito da angariação de negócio.

A rubrica referente a Outros custos com serviço e comissões registam as despesas bancárias pagas no âmbito das operações bancárias efetuadas.

**5. Outros resultados de exploração**

A rubrica é composta por:

	2017 Euros	2016 Euros
Reembolso de despesas	1.318.296	1.219.949
Mais-valias em bens de locação financeira	411.492	222.018
Outros proveitos de exploração	1.467.300	1.902.430
<b>Outros proveitos de exploração</b>	<b>3.197.088</b>	<b>3.344.397</b>
Impostos	(248.122)	(297.557)
Menos-valias em bens de locação financeira	(337.639)	(156.061)
Donativos e quotizações	(29.008)	(13.358)
Outros custos de exploração	(312.010)	(390.280)
<b>Outros custos de exploração</b>	<b>(926.779)</b>	<b>(857.256)</b>
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>2.270.309</b>	<b>2.487.141</b>

A rubrica Reembolso de despesas inclui o montante de Euros 432.067 (2016: Euros 322.563), referente a valores de portes faturados ao cliente.

A rubrica Reembolso de despesas também inclui o montante de Euros 235.137 (2016: Euros 325.542), referente à refaturação de valores ao cliente, nomeadamente os contratos de manutenção com a MBP, acerto de Km's e acondicionamento calculados no final do contrato, bem como outros acertos de contrato.

A rubrica Reembolso de despesas inclui ainda o montante de Euros 245.627 (2016: Euros 236.539), referente a despesas de devolução de renda.

As rubricas referentes a Mais e Menos-valias em bens de locação financeira registam ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respetivamente.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 892.586 (2016: Euros 885.330), referente a valores faturados à Mercedes-Benz Aluguer Veículos, Lda., por comparticipação nas despesas de funcionamento.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui ainda o montante de Euros 172.903 (2016: Euros 210.297), referente a ganhos obtidos por indemnizações por incumprimento de contratos de locação financeira.

## 6. Custos com o pessoal

A rubrica é composta por:

	2017 Euros	2016 Euros
Remunerações	2.833.596	2.623.849
Encargos sociais obrigatórios	436.747	398.169
Encargos sociais facultativos	68.835	44.840
Outros encargos	140.699	77.510
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>3.479.877</b>	<b>3.144.368</b>

O efetivo médio e trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2017	2016
Direcção	5	7
Técnicos	49	45
	54	52

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por cinco administradores, dos quais dois são administradores com funções executivas e três são administradores não executivos.

A Sociedade informa, nos termos e para efeitos do disposto no número 1 do artigo 115-I do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, que adota e põe em prática políticas de remuneração e de seleção dos membros dos órgãos de administração que respeitam, de forma adequada e proporcional à respetiva natureza, dimensão e complexidade das suas atividades, as normas legais aplicáveis.

Durante o exercício de 2017 foram efetuadas novas contratações de colaboradores com impacto no perfil de risco da instituição e dos colaboradores com funções de controlo nem foram pagos quaisquer montantes em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores que se integrem em alguma das referidas categorias.

## 7. Gastos gerais administrativos

A rubrica é composta por:

	2017 Euros	2016 Euros
Água, energia e combustíveis	23.459	30.514
Rendas e alugueres	382.097	372.680
Comunicação e despesas de expedição	323.547	295.429
Deslocações, estadas e representação	114.799	154.588
Publicidade e acções promocionais	387.141	738.263
Conservação e reparação	4.196	4.579
Seguros	32.170	56.156
Serviços especializados	2.138.044	2.279.334
Outros serviços de terceiros	1.504.258	1.468.539
<b>Gastos gerais administrativos</b>	<b>4.909.711</b>	<b>5.400.082</b>

A rubrica Rendas e alugueres, no montante de Euros 382.097 (2016: Euros 372.680), refere-se a rendas incorridas com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. pela utilização das instalações da Sociedade e aluguer de viaturas.

A rubrica de Serviços especializados inclui os montantes de Euros 967.750 (2016: 1.099.522), referentes a custos com informática e de Euros 326.733 (2016: Euros 502.495), referentes a honorários de advogados assim como custos em análises, estudos e pareceres por apoio jurídico prestado para a recuperação de viaturas e crédito vencido.

A rubrica de Outros serviços de Terceiros inclui o montante de Euros 207.720 (2016: Euros 327.915) relativamente a custos incorridos com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. por diversos serviços prestados.

A rubrica Serviços especializados inclui honorários faturados durante o exercício de 2017 e 2016 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que de acordo com o disposto no art.º 66º-A, n.º 1, b) do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Revisão legal das contas anuais	16.000	16.000
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	94.250	93.250
	110.250	109.250

**8. Depreciações e amortizações**

A rubrica é composta por:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Ativos tangíveis</b>		
Obras em imóveis arrendados	16.945	16.090
Mobiliário e material	16.959	16.089
Máquinas e ferramentas	85	85
Equipamento informático	32.623	12.661
Instalações interiores	4.802	4.341
Equipamento de segurança	135	104
Outros ativos tangíveis	136	-
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>71.685</b>	<b>49.370</b>
Sistemas de tratamento automático de dados	537	810
Outros ativos intangíveis	-	-
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>537</b>	<b>810</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>72.222</b>	<b>50.180</b>

**9. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações**

A rubrica imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Provisão específica para crédito concedido</b>		
Dotações do exercício	1.007.054	603.912
Reversões do exercício	(1.552.578)	(1.223.552)
Recuperações de crédito e juros	(89.752)	(58.123)
<b>Imp. do crédito líquida de rev. e recuperações</b>	<b>(635.276)</b>	<b>(677.762)</b>

**10. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações**

A rubrica imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Imparidade de ativos não correntes detidos para venda</b>		
Dotações do exercício	124.749	-
Reversões do exercício	-	-
<b>Imp. de ativos não correntes detidos para venda</b>	<b>124.749</b>	<b>-</b>
<b>Imparidade de outros ativos</b>		
Dotações do exercício	216.146	113.708
Reversões do exercício	(217.725)	(186.917)
<b>Imp. de outros ativos</b>	<b>(1.579)</b>	<b>(73.209)</b>
<b>Imp. outros ativos líquida de rev. e recuperações</b>	<b>123.170</b>	<b>(73.209)</b>

**11. Outras provisões líquidas de reversões**

A rubrica de Outras provisões líquidas de reversões, é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Outras provisões</b>		
Dotações do exercício	290.573	133.839
Reversões do exercício	(356.579)	(104.002)
<b>Outras provisões</b>	<b>(66.006)</b>	<b>29.837</b>
<b>Outras provisões líquidas de reversões</b>	<b>(66.006)</b>	<b>29.837</b>

**12. Impostos**

O encargo com impostos sobre lucros no exercício, é analisado como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Impostos correntes:</b>		
Do exercício	(3.059.401)	(2.289.798)
Correcções imposto exercício anterior	33.368	82.641
<b>Impostos correntes</b>	<b>(3.026.033)</b>	<b>(2.207.157)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Diferenças temporárias		
Rendimentos	13.257	173.892
Encargos	(148.043)	(365.690)
<b>Impostos diferidos</b>	<b>(134.786)</b>	<b>(191.798)</b>
<b>Impostos sobre lucros no exercício</b>	<b>(3.160.819)</b>	<b>(2.398.955)</b>

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). Nos termos previstos na Lei n.º 7-82-B/2014, de 31 de Dezembro, a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 7% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 7% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.



Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Para o exercício de 2017, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 22,5%, resultante do somatório das taxas de IRC (21%) aprovada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro e de Derrama Municipal (1,5%).

As declarações de autoliquidação do IRC da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2017 Euros		2016 Euros	
	%	Euros	%	Euros
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>11.354.047</b>		<b>10.437.973</b>
Taxa de imposto corrente	22,5%	2.554.661	22,5%	2.348.544
Derrama Estrutural	3,3%	378.003	2,5%	256.767
Provisões não dedutíveis	(1,3%)	(147.775)	(4,81%)	(502.159)
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	(0,1%)	(6.527)	0,0%	(3.006)
<b>Tributação autónoma e outros impactos</b>				
Tributação autónoma	0,9%	102.884	0,0%	80
Outros impactos	2,5%	279.573	2,9%	298.729
<b>Impostos sobre lucros no exercício</b>	<b>27,8%</b>	<b>3.160.819</b>	<b>23,0%</b>	<b>2.398.955</b>

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2017 Euros	2016 Euros
Imparidade para crédito	(132.568)	(188.031)
Outras Provisões	(2.218)	(3.766)
	<b>(134.786)</b>	<b>(191.798)</b>

**13. Resultado por ação**

O resultado por ação é calculado da seguinte forma:

	2017 Euros	2016 Euros
Resultado líquido	8.193.228	6.559.300
Número médio de ações	18.001.000	18.001.000
Resultado por ação básico	0,455	0,364
Resultado por ação diluído	0,455	0,364

O resultado básico por ação é calculado efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas pelo número médio de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de ações compradas pela Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e detidas na carteira como ações próprias.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando as ações ordinárias potenciais ao número médio de ações ordinárias, as quais podem resultar de dívida convertível e de opções sobre ações. Os encargos com estes instrumentos são igualmente ajustados ao resultado do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. não detinha ações potenciais ordinárias, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

**14. Disponibilidades em outras instituições de crédito**

A rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Instituições de crédito no país	3.107.378	4.498.196
Instituições de crédito no estrangeiro	-	-
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito</b>	<b>3.107.378</b>	<b>4.498.196</b>

A análise da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito por prazo de maturidade, é a seguinte:

	2017 Euros	2016 Euros
Até 3 meses	3.107.378	4.498.196

A taxa de remuneração das disponibilidades no exercício de 2017 e 2016 foi de 0%.

## 15. Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Crédito vincendo		
Locação financeira	363.768.596	287.252.124
Crédito ao consumo	30.881.813	18.193.164
Crédito tomado	104.683.779	94.786.305
	499.334.188	400.231.593
Crédito vencido		
Até 3 meses	4.724.668	3.941.652
De 3 meses a 1 ano	313.497	636.325
De 1 ano até 3 anos	892.108	967.128
Mais de 3 anos	2.648.545	3.001.641
	8.578.818	8.546.746
Total crédito vincendo e crédito vencido	507.913.006	408.778.339
Imparidade para crédito concedido	(4.637.443)	(5.741.551)
<b>Crédito a clientes</b>	<b>503.275.563</b>	<b>403.036.788</b>

A rubrica Locação financeira é constituída por contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado novo.

A rubrica Crédito é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado usados.

Não existe valor de crédito concedido aos órgãos de administração do grupo, ao abrigo do n.º. 4, do Art.º 85 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado é constituída por contratos de financiamento de stocks com os concessionários fornecedores da Sociedade.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos.

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2017 Euros	2016 Euros
Até 3 meses	42.129.580	36.313.926
De 3 meses a 1 ano	102.076.395	91.980.662
De 1 ano até 5 anos	332.647.295	260.476.389
Mais de 5 anos	22.480.918	11.460.616
Duração indeterminada (Crédito vencido)	8.578.818	8.546.746
<b>Total crédito vincendo e crédito vencido</b>	<b>507.913.006</b>	<b>408.778.339</b>

A análise da rubrica de Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia é a seguinte:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Crédito vincendo</b>		
Créditos com garantias reais	445.481.279	364.885.578
Créditos sem garantias	53.852.909	35.346.015
	<b>499.334.188</b>	<b>400.231.593</b>
<b>Crédito vencido</b>		
Créditos com garantias reais	7.431.915	5.181.802
Créditos sem garantias	1.146.903	3.364.944
	<b>8.578.818</b>	<b>8.546.746</b>
<b>Total crédito vincendo e crédito vencido</b>	<b>507.913.006</b>	<b>408.778.339</b>

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa é a seguinte:

	2017 Euros	2016 Euros
Taxa fixa	150.244.773	106.050.301
Taxa variável	349.089.415	294.181.292
<b>Total crédito vincendo</b>	<b>499.334.188</b>	<b>400.231.593</b>

A análise da rubrica Créditos a clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Crédito vincendo</b>		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	141.867.605	116.858.157
Crédito ao consumo	15.898.273	8.741.141
Crédito tomado	<u>104.683.779</u>	<u>94.786.305</u>
	262.449.657	220.385.603
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	221.900.991	170.393.967
Crédito ao consumo	<u>14.983.540</u>	<u>9.452.023</u>
	236.884.531	179.845.990
<b>Total crédito vincendo</b>	<b>499.334.188</b>	<b>400.231.593</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	3.137.782	3.425.585
Crédito ao consumo	239.545	253.415
Crédito tomado	<u>3.238.046</u>	<u>3.041.233</u>
	6.615.373	6.720.233
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	1.812.949	1.594.612
Crédito ao consumo	<u>150.496</u>	<u>231.901</u>
	1.963.445	1.826.513
<b>Total crédito vencido</b>	<b>8.578.818</b>	<b>8.546.746</b>
<b>Imparidade para crédito concedido</b>	<b>(4.637.443)</b>	<b>(5.741.551)</b>
<b>Crédito a clientes</b>	<b>503.275.563</b>	<b>403.036.788</b>

A reconciliação da rubrica Locação financeira, por prazos residuais é apresentado como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Rendas vincendas e valores residuais</b>		
Até 3 meses	6.165.934	5.275.430
De 3 meses a 1 ano	31.039.662	26.394.950
De 1 ano até 5 anos	293.835.530	232.364.592
Mais de 5 anos	13.167.424	7.389.912
	<u>344.208.550</u>	<u>271.424.884</u>
<b>Juros vincendos</b>		
Até 3 meses	24.325	32.896
De 3 meses a 1 ano	495.067	471.725
De 1 ano até 5 anos	16.626.666	13.914.971
Mais de 5 anos	2.413.988	1.407.648
	<u>19.560.046</u>	<u>15.827.240</u>
	<b>363.768.596</b>	<b>287.252.124</b>

Os movimentos da Imparidade específica para crédito concedido são analisados como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	5.741.551	6.933.929
Dotações do exercício	1.007.054	603.912
Reversões do exercício	(1.552.578)	(1.223.552)
Utilizações do exercício	(558.584)	(572.738)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>4.637.443</b>	<b>5.741.551</b>

Durante o exercício de 2017, a Sociedade procedeu à anulação de créditos que se encontravam totalmente provisionados, pela utilização de imparidade para crédito concedido no montante de Euros 558.584 (2016: Euros 572.738).

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2017, a anulação de proveitos é de Euros 121.891 (2016: Euros 157.600).

**16. Ativos não correntes detidos para venda**

A rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Equipamento	248.639	226.529
Perdas por imparidade	(124.749)	-
<b>Activos não correntes detidos para venda</b>	<b>123.890</b>	<b>226.529</b>

A rubrica Equipamento no montante de Euros 248.639 (2016: Euros 226.529), representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra, ou por resolução de contratos. O valor desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação.

A Imparidade de outros ativos refere-se à imparidade para aplicações por recuperação de crédito e corresponde às diferenças positivas entre os montantes registados na rubrica Ativos não correntes detidos para venda e o respetivo valor de mercado, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.3.

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotações do exercício	124.749	-
Reversões do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>124.749</b>	<b>-</b>

**17. Ativos tangíveis**

A rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Obras em imoveis arrendados	170.906	168.406
Mobiliário e material	160.334	152.830
Máquinas e ferramentas	2.391	7.561
Equipamento informático	216.631	202.768
Instalações interiores	53.174	43.958
Equipamento de segurança	4.140	4.140
Outros ativos tangíveis	4.176	4.040
<b>Custo de aquisição</b>	<b>611.752</b>	<b>583.703</b>
Relativas ao exercício corrente	(71.685)	(49.370)
Relativas a exercícios anteriores	(272.121)	(291.252)
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>(343.806)</b>	<b>(340.622)</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>267.946</b>	<b>243.081</b>

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o ano de 2017, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imoveis arrendados	168.406	2.500	-	170.906
Mobiliário e material	152.830	7.504	-	160.334
Máquinas e ferramentas	7.561	-	(5.170)	2.391
Equipamento informático	202.768	77.359	(63.496)	216.631
Instalações interiores	43.958	9.216	-	53.174
Equipamento de segurança	4.140	-	-	4.140
Outros ativos tangíveis	4.040	136	-	4.176
<b>Custo de aquisição</b>	<b>583.703</b>	<b>96.715</b>	<b>(68.666)</b>	<b>611.752</b>
Obras em imoveis arrendados	58.162	16.945	-	75.107
Mobiliário e material	78.318	16.959	-	95.277
Máquinas e ferramentas	7.299	85	(5.170)	2.214
Equipamento informático	167.087	32.624	(63.332)	136.379
Instalações interiores	22.522	4.802	-	27.324
Equipamento de segurança	3.194	135	-	3.329
Outros ativos tangíveis	4.040	136	-	4.176
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>340.622</b>	<b>71.686</b>	<b>(68.502)</b>	<b>343.806</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>243.081</b>	<b>25.029</b>	<b>(164)</b>	<b>267.946</b>



Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	144.194	24.212	-	168.406
Mobiliário e material	132.694	20.136	-	152.830
Máquinas e ferramentas	7.561	-	-	7.561
Equipamento informático	165.477	37.291	-	202.768
Instalações interiores	43.958	-	-	43.958
Equipamento de segurança	3.385	755	-	4.140
Outros ativos tangíveis	4.040	-	-	4.040
<b>Custo de aquisição</b>	<b>501.309</b>	<b>82.394</b>	<b>-</b>	<b>583.703</b>
Obras em imóveis arrendados	42.072	16.090	-	58.162
Mobiliário e material	62.101	16.089	128	78.318
Máquinas e ferramentas	7.214	85	-	7.299
Equipamento informático	154.447	12.616	24	167.087
Instalações interiores	18.181	4.341	-	22.522
Equipamento de segurança	3.088	104	2	3.194
Outros ativos tangíveis	3.995	45	-	4.040
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>291.098</b>	<b>49.370</b>	<b>154</b>	<b>340.622</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>210.211</b>	<b>33.024</b>	<b>(154)</b>	<b>243.081</b>

## 18. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.999	491.999
Despesas de I&D	18.330	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	53.772
<b>Custo de aquisição</b>	<b>564.101</b>	<b>564.101</b>
Relativas ao exercício corrente	(536)	(810)
Relativas a exercícios anteriores	(563.457)	(562.647)
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>(563.993)</b>	<b>(563.457)</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>108</b>	<b>644</b>

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2017, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.999	-	-	491.999
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
<b>Custo de aquisição</b>	<b>564.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564.101</b>
Sistemas de tratamento automático de dados	491.355	536	-	491.891
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>563.457</b>	<b>536</b>	<b>-</b>	<b>563.993</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>644</b>	<b>(536)</b>	<b>-</b>	<b>108</b>

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.999	-	-	491.999
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
<b>Custo de aquisição</b>	<b>564.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564.101</b>
Sistemas de tratamento automático de dados	490.545	810	-	491.355
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>562.647</b>	<b>810</b>	<b>-</b>	<b>563.457</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>1.454</b>	<b>(810)</b>	<b>-</b>	<b>644</b>

**19. Ativos e passivos por impostos diferidos**

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2017 Euros		2016 Euros	
	Ativos Euros	Passivos Euros	Ativos Euros	Passivos Euros
Provisões	205.646	-	340.432	-
	205.646	-	340.432	-
<b>Impostos diferidos</b>	<b>205.646</b>		<b>340.432</b>	

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	340.432	532.230
Reconhecido em resultados	(134.786)	(191.798)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>205.646</b>	<b>340.432</b>

**20. Outros ativos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	25.167.164	21.584.704
Outros devedores	23.268.666	4.217.466
Despesas com custos diferidos	26.726	36.036
Outras contas de regularização	2.138.789	6.094.945
<b>Outros ativos</b>	<b>50.601.345</b>	<b>31.933.151</b>
<b>Imparidade de outros ativos</b>	<b>(127.534)</b>	<b>(129.113)</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>50.473.811</b>	<b>31.804.038</b>

A 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber inclui o montante de Euros 521.538 (2016: Euros 602.151), que representa o IVA a recuperar relativo à emissão de notas de crédito.

A rubrica de Imposto sobre o valor acrescentado a receber inclui ainda Euros 24.447.564 (2016: Euros 20.814.293) relativamente a IVA a recuperar do estado, decorrente da sua atividade.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 3.848.311 (2016: Euros 3.205.172) referente a débitos a empresas do grupo.

A rubrica Outros devedores inclui ainda o montante de Euros 18.658.385 referente ao saldo devedor da conta de cashpooling.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 1.150.262 (2016: Euros 1.004.739) referente a valores a receber de participações em contratos realizados no âmbito de campanhas efetuadas em conjunto com a Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A..

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como se segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	129.113	284.073
Dotações do exercício	216.146	113.708
Reversões do exercício	(217.725)	(186.917)
Utilizações do exercício	-	(81.751)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>127.534</b>	<b>129.113</b>

## 21. Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
<b>Instituições de crédito no país</b>	<b>360.631.823</b>	<b>325.924.021</b>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, de acordo com o prazo remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Até 3 meses	58.631.823	35.424.021
3 meses até 1 ano	107.000.000	120.500.000
1 ano até 5 anos	195.000.000	170.000.000
	<b>360.631.823</b>	<b>325.924.021</b>

**22. Recursos de clientes e outros empréstimos**

A rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Empréstimos de Residentes		
Mercedes-Benz Portugal, S.A.	128.092.946	38.006.341
Empréstimos de Não Residentes		
Daimler AG	-	16.121.882
<b>Outros empréstimos</b>	<b>128.092.946</b>	<b>54.128.223</b>

A análise da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2017 Euros	2016 Euros
Até 3 meses	40.092.946	46.128.223
3 meses a 1 ano	56.000.000	8.000.000
1 ano até 5 anos	32.000.000	-
	<b>128.092.946</b>	<b>54.128.223</b>

**23. Provisões**

A rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Provisão para outros riscos e encargos	510.745	619.529
<b>Provisões</b>	<b>510.745</b>	<b>619.529</b>

A rubrica Provisão para outros riscos e encargos no montante de Euros 510.745 (2016: Euros 619.529) regista as provisões que foram constituídas tendo por base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade da sociedade e processos legais em curso.

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	619.529	903.965
Dotações do exercício	290.573	133.839
Reversões do exercício	(356.579)	(104.002)
Utilizações do exercício	(42.778)	(314.273)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>510.745</b>	<b>619.529</b>

## 24. Passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	3.059.401	2.289.798
Carga fiscal paga (do exercício)	-	-
<b>Passivos por impostos correntes</b>	<b>3.059.401</b>	<b>2.289.798</b>

**25. Outros passivos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Cauções recebidas	23.262	41.068
Fornecedores de bens para locação financeira	7.744.400	4.857.033
Fornecedores de bens para crédito ao consumo	1.132.806	308.215
Sector público administrativo	166.476	156.016
Custos a pagar com férias e subsídios de férias	381.610	233.332
Outros custos a pagar	3.033.606	3.019.766
Comissões a pagar a angariadores	1.455.320	984.756
Outras contas de regularização	1.248.326	5.807.558
<b>Outros passivos</b>	<b>15.185.806</b>	<b>15.407.744</b>

A rubrica Cauções recebidas no montante de Euros 23.262 (2016: Euros 41.068) refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira.

A rubrica Cauções recebidas tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2017 Euros	2016 Euros
Até 3 meses	-	10.826
De 3 meses a 1 ano	23.262	5.303
De 1 ano até 5 anos	-	24.939
	<b>23.262</b>	<b>41.068</b>

A rubrica Outros custos a pagar inclui o montante de Euros 475.263 (2016: Euros 549.921) relativo a estimativa de bónus a pagar ao pessoal no exercício seguinte.

A rubrica Outros custos a pagar inclui ainda o montante de Euros 2.203.029 (2016: Euros 1.861.749) relativo a diversos custos administrativos, nomeadamente custos com telemóveis, auditoria e revisão de contas, suporte informático e consultoria.

A rubrica Comissões a pagar a angariadores no montante de Euros 1.455.320 (2016: Euros 984.756), refere-se a comissões de intermediação a pagar aos angariadores de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo.



A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 43.378 (2016: Euros 640.581) referente a prémios de seguros recebidos de clientes a entregar a mediadores de seguros.

A rubrica Outras contas de regularização inclui também o montante de Euros 1.008.719 (2016: Euros 649.185) referente a adiantamentos de clientes.

## 26. Capital

O capital de Euros 18.001.000, representado por 18.001.000 ações de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A empresa é detida a 100% pela empresa Mercedes-Benz Portugal, S.A..

## 27. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Esta reserva não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver eventuais prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função do resultado líquido da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, deverá ser afeto à reserva legal o montante aproximado de Euros 819.323.

## 28. Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Reserva legal	2.093.136	1.550.469
Outras reservas e resultados transitados	21.686.382	15.669.749
<b>Reservas e resultados transitados</b>	<b>23.779.518</b>	<b>17.220.218</b>

**29. Passivos contingentes e compromissos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Garantias e avales prestados	72.665.286	67.267.881
Compromissos assumidos perante terceiros	56.765.432	33.211.124
Compromissos assumidos por terceiros	57.000.000	-
Outras contas extrapatrimoniais:	533.619.163	424.611.934

As Garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

A rubrica Compromissos assumidos perante terceiros no montante de Euros 56.765.432 (2016: Euros 33.211.124), refere-se aos plafonds de crédito concedido a clientes do negócio de crédito tomado. Estes compromissos são revogáveis.

A rubrica Compromissos assumidos por terceiros no montante de Euros 57.000.000 refere-se aos plafonds de crédito obtido de bancos. Estes compromissos são revogáveis.

**30. Balanços e taxas médias**

Os valores contabilísticos médios dos ativos e passivos financeiros, bem como as taxas de juro médias efetivas, são apresentadas no seguinte quadro:

	31 Dezembro 2017		
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
<b>Ativos geradores de juros</b>			
Disponibilidades em O.I.C.	3.802.787	-	0,0%
Crédito a Clientes	453.894.634	18.684.209	4,1%
Total de ativos geradores de juros	457.697.421	18.684.209	4,1%
<b>Ativos não geradores de juros</b>	42.091.709		
<b>Total do Ativo</b>	<b>499.789.130</b>	<b>18.684.209</b>	<b>3,7%</b>
<b>Passivos geradores de juros:</b>			
Recursos em O.I.C.	343.277.922	2.124.076	0,6%
Recursos de Clientes e O.E.	91.110.585	666.967	0,7%
Total de Passivos Geradores de juros	434.388.507	2.791.042	0,6%
<b>Passivos não geradores de juros</b>	20.693.368		
<b>Total do Passivo</b>	<b>455.081.875</b>	<b>2.791.042</b>	<b>0,6%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>44.707.255</b>		
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>	<b>499.789.130</b>	<b>2.791.042</b>	<b>0,6%</b>
Juros e rendimentos equiparados	18.684.209		
Juros e encargos equiparados	(2.791.042)		
<b>Margem Financeira</b>	<b>15.893.167</b>		

Taxa de Margem Financeira (1)

**3,5%**

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Ativos Geradores de Juros

31 Dezembro 2016			
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
<b>Activos geradores de juros</b>			
Disponibilidades em O.I.C.	3.326.230	-	0,0%
Crédito a Clientes	371.637.273	16.682.052	4,5%
Total de activos geradores de juros	374.963.504	16.682.052	4,4%
<b>Activos não geradores de juros</b>	27.725.841		
<b>Total do Activo</b>	<b>402.689.344</b>	<b>16.682.052</b>	<b>4,1%</b>
<b>Passivos geradores de juros:</b>			
Recursos em O.I.C.	306.446.688	2.554.552	0,8%
Recursos de Clientes e O.E.	39.546.641	424.690	1,1%
Total de Passivos Geradores de juros	345.993.328	2.979.242	0,9%
<b>Passivos não geradores de juros</b>	19.968.587		
<b>Total do Passivo</b>	<b>365.961.916</b>	<b>2.979.242</b>	<b>0,8%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>36.727.427</b>		
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>	<b>402.689.344</b>	<b>2.979.242</b>	<b>0,7%</b>
Juros e rendimentos equiparados	16.682.052		
Juros e encargos equiparados	(2.979.242)		
<b>Margem Financeira</b>	<b>13.702.811</b>		

Taxa de Margem Financeira (1)

3,7%

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Activos Geradores de Juros

### 31. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Art. 66ºA:

- a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar
- b) Proposta de aplicação de resultados (lucro do exercício de 8.193.228, deduzido do montante de 819.323 destinado à reserva legal, seja levado à conta de resultados transitados)
- c) Detalhe dos honorários facturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas e outros Consultores:

	2017 Euros	2016 Euros
Revisão legal das contas anuais	16.000	16.000
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	94.250	93.250
	<b>110.250</b>	<b>109.250</b>

Informações requeridas pelo art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 e pelo Decreto-Lei n.º 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Nos termos da Intervenção n.º 28/2014, de 13 de dezembro de 2014, no que respeita à Divulgação da Informação relativa ao ónus sobre ativos, a sociedade não possui a 31 de dezembro de 2017 ónus sobre os seus ativos.

## 32. Justo valor

A 31 de dezembro de 2017, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

31 Dezembro 2017			
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
<b>Ativos Financeiros:</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.107.378	3.107.378	-
Ativos disponíveis para Venda	125	125	-
Créditos a clientes	503.275.573	499.782.089	3.493.484
<b>Passivos Financeiros:</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	360.631.823	360.631.823	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	128.092.946	128.092.946	-

A 31 de dezembro de 2016, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

31 Dezembro 2016			
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
<b>Ativos Financeiros:</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.498.196	4.498.196	-
Ativos disponíveis para Venda	125	125	-
Créditos a clientes	404.513.702	402.879.242	1.634.460
<b>Passivos Financeiros:</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	325.924.021	325.924.021	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.128.223	54.128.223	-

**33. Partes relacionadas**

À data de 31 de Dezembro de 2017, o valor das transações da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

31 Dezembro 2017				
	Balço		Demonstração de resultados	
	Ativo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	3.945.782	129.132.487	868.676	10.150.741
Mercedes-Benz Comercial Lda	1.204	2.175.451	308.683	38.756
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	290.600	-	210.669	1.345.569
Daimler Financial Services AG	-	2.128	11.136	27.245
Daimler AG	18.661.656	426.115	899.822	7.955
Daimler Asia	-	-	-	-
Mercedes-Benz Bank	-	-	54.002	5.063
Mercedes-Benz Renting España	-	12.622	96.078	-
DIAS	-	-	2.511	25.546
Mercedes-Benz Bank Service Center	-	-	1.256	-
Mercedes-Benz Leasing GmbH	-	-	-	-
Mercedes-Benz España	-	-	-	-
Evobus	-	145	5.053	13.299
Mercedes-Benz Italia	6.200	-	-	-
	<b>22.905.442</b>	<b>131.748.948</b>	<b>2.457.886</b>	<b>11.614.174</b>

À data de 31 de Dezembro de 2016, o valor das transações da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

31 Dezembro 2016				
Balço		Demonstração de resultados		
Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	
Euros	Euros	Euros	Euros	
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	2.776.821	38.000.000	969.689	7.502.750
Mercedes-Benz Comercial Lda	25.221	94.881	225.794	33.897
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	456.551	-	215.959	912.363
Daimler Financial Services AG	65	5.875	9.625	7.321
Daimler AG	14.138	16.499.372	1.043.924	2.249
Daimler Asia	-	-	-	32.569
Mercedes-Benz Bank	-	16.060	110.878	3.705
Mercedes-Benz Renting España	-	-	12.607	-
DIAS	199	29.742	3.930	-
Mercedes-Benz Bank Service Center	19.436	-	1	3.893
Mercedes-Benz Leasing GmbH	-	2.126	-	-
Mercedes-Benz España	-	62.735	-	-
<b>3.292.431</b>	<b>54.710.791</b>	<b>2.592.407</b>	<b>8.498.747</b>	

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

### 34. Gestão de riscos da atividade

A gestão de riscos da atividade é efetuada com base nos riscos gerais inerentes a qualquer instituição, nomeadamente o risco de crédito, risco de concentração, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de taxa de câmbio, risco operacional, risco de compliance, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e risco de reputação.

Apesar da reduzida dimensão da sociedade, para fazer face ao disposto no aviso 5/2009, foi criada uma função de Gestão de Risco e Quality com o objetivo de auxiliar a estratégia da empresa, respeitando princípios e políticas de gestão inerentes à atividade e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma das atividades da empresa. Ainda assim alguns desses riscos são aferidos no dia a dia, pelos responsáveis das várias áreas da sociedade e posteriormente centralizadas para o responsável da área de gestão de Risco e Quality.

Ao contrário de outras instituições financeiras de maior dimensão, que dispersam as suas atividades por várias áreas de negócio dentro do sector financeiro, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A.

focaliza a sua atividade no financiamento automóvel, o que reduz substancialmente a complexidade dos seus métodos. Por outro lado, a sociedade pratica uma cultura de transparência da comunicação interna, que flui de forma favorável, atendendo ao já referido número de elementos que a compõem.

Toda a atividade é gerida tendo em consideração as diretrizes e regras prudenciais impostas pela entidade reguladora do Sector Bancário (Banco de Portugal), bem como procedimentos e recomendações do Grupo Daimler.

Para sustentar as suas deliberações, a Administração recorre, sempre que necessário, ao apoio especializado dos Advogados da empresa, do aconselhamento técnico de Consultores, bem como dos pareceres da ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, da qual é membro. Paralelamente, recorre ainda a entidades externas no intuito de aferir, com a adequada independência, os riscos em que a Sociedade poderá estar a incorrer, nomeadamente o não cumprimento de procedimentos internos, implementados com a finalidade central de mitigar esses mesmos riscos.

De entre essas entidades salientam-se:

- Departamentos especializados do grupo Daimler, nomeadamente nas áreas de concessão de crédito, contabilidade e *controlling*, informática, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.
- Auditores internos do grupo Daimler, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.

Para além das entidades acima referenciadas, a Administração recorre sempre que necessário às funções internas existentes, de Compliance e Legal e de Auditoria Interna.

No decorrer do ano de 2017, foi reforçada a área de atuação da função de gestão de riscos, tendo como principais objetivos: implementar a estratégia, princípios e políticas de gestão inerentes à atividade da empresa, coordenar, agregar e facilitar a função de gestão de risco e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma das atividades da empresa.

## 34.1 Risco de Crédito

A estratégia da empresa é definida pela administração em consonância com a atividade do grupo Daimler em Portugal. Esta estratégia é revista anualmente, durante a elaboração do plano (para dois anos) da Sociedade, e enquadra-se nos objetivos corporativos da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. e nos projetos prioritários da respetiva região Europa, incorporando ainda as vendas previstas da Mercedes-Benz em Portugal, a segmentação do risco de crédito e as análises de rentabilidade ponderadas por esse mesmo risco. A monitorização e acompanhamento dos resultados são realizados num base mensal, onde se procede a ajustamentos e identificação de medidas de correção que evitem o afastamento aos objetivos gerais inclusos na estratégia da empresa para o ano em curso caso aplicável.



A política de risco de crédito encontra-se bem definida e disponível para todos os colaboradores através dos manuais de procedimentos internos. Toda e qualquer assunção de risco de crédito assumida pela Sociedade, carece de aprovação de pelo menos dois colaboradores ("four eyes principle") e de acordo com as autoridades e limites impostos nesses manuais.

Quanto aos empréstimos a colaboradores (da Sociedade e do grupo), estes têm que ser sempre aprovados pela Direção, de acordo a princípios claros e equidade.

A criação de novos produtos, ou de novas campanhas baseadas em produtos já existentes, são acompanhados por uma ficha de produto aprovada pelos diretores, chefes de departamento e responsáveis de área comercial. Dessas fichas, devem constar entre outros, os objetivos do produto ou campanha, uma breve descrição do funcionamento do produto, as condições financeiras, uma análise da rentabilidade e um plano operacional.

Relativamente à concentração de riscos, a Sociedade toma por procedimento interno o aviso nº06/2008 do Banco de Portugal.

O Departamento de Cobrança dispõe de um sistema de gestão da cobrança ("CollectionsNet"), que possibilita um acompanhamento e controlo permanente da carteira nas suas diferentes fases (cobrança telefónica interna, cobrança externa, pré-contencioso, contencioso, recuperação do equipamento, etc.). Permitirá também, no futuro, analisar a performance dos sistemas de rating e scoring desenvolvidos pela Sociedade, que servem como uma referência no processo de tomada de decisão de crédito. Para além deste sistema informático, são produzidas várias análises referentes às atividades de cobrança e níveis de provisões económicas.

A empresa dispõe de sistemas que lhe permitem fornecer uma informação adequada sobre a composição da carteira de crédito, permitem inclusive obter uma informação contrato a contrato, que posteriormente é trabalhada por produto e segmento.

## **Modelo de Imparidade**

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise coletiva.

A identificação de créditos com e sem sinais de imparidade é assegurada pelo modelo de imparidade da MBF e de acordo com as regras definidas pela IAS 39.

De referir que em conformidade com a Carta Circular nº 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

## (i) Análise Individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade é determinada através de uma análise da exposição total de crédito (Cliente) caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, a MBF avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. Os principais triggers de imparidade utilizados pela MBF são os seguintes:

- Atraso no pagamento;
- Notas de débito devolvidas;
- Falência;
- Falta em alguma obrigação contratual relevante;
- Cancelamento de crédito;
- Revogação de uma linha de crédito;
- Reestruturação de uma linha de crédito;
- Capital próprio negativo ou negativo desenvolvimento do negócio;
- Diminuição do rating em pelo menos duas classes;
- Um dos fiadores entrou em default; e
- Fraude.

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é efetuada para clientes com montantes de exposição considerados como significativos pela MBF de acordo com os seguintes critérios:

- Cliente (empresa) com exposição superior ou igual a 300 mil euros (Corporate); e
- Toda a população de crédito tomado (Corporate Dealer).

As perdas de imparidade são determinadas com base na comparação do valor recuperável descontado à taxa efetiva do contrato e a exposição de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objetiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são aplicados uma provisão genérica.

## (ii) Análise Coletiva

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objetiva de imparidade individual, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas coletivamente. As perdas por imparidade baseadas na análise coletiva têm em consideração: contratos que estejam

classificados como bad book (com delinquência superior a 30 dias) e contractos classificados como good book (delinquência inferior a 31 dias).

As perdas por imparidade relativas a conjuntos homogêneos de crédito, determinadas em termos coletivos, pretendem refletir as perdas incorridas, incluindo as perdas incorridas ainda não identificadas (IBNR) e são calculadas considerando os seguintes aspetos:

A carteira de crédito é segmentada por tipo de cliente:

- (i) Particular; e
- (ii) Empresas com exposição inferior a 300 mil euros (SME).

## **Análise coletiva para contratos classificados como bad book**

O cálculo da perda por imparidade tem em consideração o montante de exposição e a respetiva *Loss Frequency* (LF) e *Loss Severity* (LS) de cada contrato

*Loss Frequency* (LF): corresponde à probabilidade de ocorrência de uma perda para um determinado contrato  
 $LF = \text{Taxa de Migração} \times LF \text{ do estado superior} + \text{Direct Loss Rate}$

Taxa de Migração: corresponde à probabilidade de determinado contrato que se encontra num determinado estado de delinquência transitar para um estado superior.

Direct Loss Rate: corresponde à probabilidade de perda de um contrato que se encontra num determinado estado de delinquência sem transitar para o estado de delinquência superior.

*Loss Severity* (LS): corresponde à perda potencial estimada com base na série de informação histórica de 36 meses. É apurada uma LS para cada estado de delinquência

## **Análise coletiva para contratos classificados como good book**

O cálculo da perda por imparidade tem em consideração o montante de exposição e a respetiva Taxa de Migração, *Direct Loss Rate on GB* e *Direct Loss Severities* de cada contrato.

Taxa de Migração: corresponde ao número de contractos que transitam do portfólio good book para bad book tendo em consideração um período emergente de 7 meses.

*Direct Loss Rate on GB:* corresponde à perda registada a dividir pela exposição nos contractos a transitar para bad book

*Direct Loss Severities:* corresponde à probabilidade de perda de um contracto que não chegue a transitar para bad book

### Parâmetros de Risco

Os parâmetros de risco por segmento (bad book) resultantes do cálculo de imparidade com referência a 31 de Dezembro 2017 são apresentados:

Segmento	Dias Atraso	Taxa de Migração	Direct Loss	Loss Frequency	Loss Severity
Particular	[31-60]	42%	0%	10%	33%
Particular	[61-90]	54%	1%	24%	30%
Particular	[91-120]	67%	1%	42%	27%
Particular	[121-150]	75%	0%	62%	33%
Particular	[151-180]	82%	0%	82%	31%
Particular	[181-210]	89%	2%	100%	36%
Particular	[211-240]	91%	0%	100%	34%
Particular	[241-270]	93%	1%	100%	39%
Particular	[271-300]	90%	0%	100%	41%
Particular	[301-330]	92%	1%	100%	46%
Particular	[331-360]	95%	0%	100%	49%
Particular	[361-390]	87%	2%	100%	46%
Particular	[391-420]	95%	1%	100%	47%
Particular	[421-450]	97%	0%	100%	49%
Particular	[451-480]	90%	1%	100%	36%
Particular	[481-510]	99%	0%	100%	46%
Particular	[511-540]	96%	0%	100%	46%
Particular	[541-570]	93%	3%	100%	41%
Particular	[571-600]	95%	2%	100%	52%
Particular	[601-630]	98%	2%	100%	45%
Particular	[631-660]	98%	2%	100%	47%
Particular	[661-690]	97%	0%	100%	48%
Particular	[691-720]	90%	0%	100%	58%
Particular	>720	0%	20%	100%	100%

Segmento	Dias Atraso	Taxa de Migração	Direct Loss	Loss Frequency	Loss Severity
Empresa	[31-60]	49%	0%	20%	30%
Empresa	[61-90]	61%	1%	40%	32%
Empresa	[91-120]	80%	1%	64%	34%
Empresa	[121-150]	85%	1%	79%	37%
Empresa	[151-180]	90%	1%	91%	41%
Empresa	[181-210]	92%	1%	100%	42%
Empresa	[211-240]	96%	1%	100%	42%
Empresa	[241-270]	89%	2%	100%	38%
Empresa	[271-300]	96%	0%	100%	42%
Empresa	[301-330]	95%	1%	100%	42%
Empresa	[331-360]	95%	1%	100%	45%
Empresa	[361-390]	97%	1%	100%	44%
Empresa	[391-420]	97%	1%	100%	45%
Empresa	[421-450]	98%	1%	100%	47%
Empresa	[451-480]	99%	2%	100%	44%
Empresa	[481-510]	99%	2%	100%	49%
Empresa	[511-540]	98%	3%	100%	52%
Empresa	[541-570]	98%	2%	100%	56%
Empresa	[571-600]	97%	1%	100%	57%
Empresa	[601-630]	95%	1%	100%	59%
Empresa	[631-660]	99%	1%	100%	60%
Empresa	[661-690]	98%	0%	100%	62%
Empresa	[691-720]	98%	0%	100%	62%
Empresa	>720	0%	34%	100%	100%

Numa base trimestral são atualizadas as Loss Frequencies e Loss Severities e mensalmente as Taxas de Migração, Direct Loss Rates e Direct Loss Severities. Adicionalmente, todos os pressupostos assumidos para o cálculo de imparidade (análise coletiva) são revistos em conjunto com o Departamento de Risk Management da casa mãe.

Não obstante da informação evidenciada na nota 15, a informação evidenciada vem ao encontro das divulgações quantitativas exigidas no âmbito do nº4 do Anexo 1 da Carta Circular nº02/2014/DSP do Banco de Portugal, tendo em consideração o modelo de imparidade acima descrito.

As exposições de crédito por segmento e a imparidade apurada são apresentadas como se segue:

Segmento	Exposição 31.12.2017						Imparidade 31.12.2017		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate Dealer	108.518.413	108.518.413					271.990	271.990	
Corporate	38.704.709	38.182.998	1.408.667		521.711		665.345	129.276	536.069
Construção e CRE	19.771.565	19.164.134	9.782	95.205	607.431	111.894	608.962	58.916	550.046
SME	104.844.590	103.032.129	57.568	426.198	1.812.461	300.143	1.827.279	275.031	1.552.248
Private	243.818.167	242.485.145	210.294	685.080	1.333.022	24.274	1.267.123	219.984	1.047.139
<b>Total</b>	<b>515.657.443</b>	<b>511.382.819</b>	<b>1.686.311</b>	<b>1.206.483</b>	<b>4.274.625</b>	<b>436.311</b>	<b>4.640.700</b>	<b>955.197</b>	<b>3.685.502</b>

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2017									
	Crédito em cumprimento					Crédito em incumprimento				
	Exposição Total 31.12.2017	Dias de atraso < 30	Dias de atraso 30-90	Sob total	Imparidade Total 31.12.2017	Dias de atraso < 90	Dias de atraso > 90 dias	Imparidade Total 31.12.2017	Dias de atraso < 30	Dias de atraso > 90 dias
Corporate Dealer	108.518.413	108.518.413		108.518.413	271.990			271.990		
Corporate	38.704.709	37.967.906	215.092	38.182.998	521.711	665.345		113.913	15.363	536.069
Construção e CRE	19.771.565	18.950.520	213.614	19.164.134	607.431	608.962		51.859	7.056	547.139
SME	104.844.590	101.953.896	1.078.243	103.032.129	1.812.461	1.827.279		224.796	50.296	1.552.247
Private	243.818.167	241.100.544	1.384.601	242.485.145	1.333.022	1.308.748	24.274	191.794	28.190	1.047.139
<b>Total</b>	<b>515.657.443</b>	<b>508.491.269</b>	<b>2.891.550</b>	<b>511.382.819</b>	<b>4.274.625</b>	<b>4.227.439</b>	<b>47.186</b>	<b>4.640.700</b>	<b>854.292</b>	<b>3.685.502</b>

Segmento	Exposição 31.12.2016			Imparidade 31.12.2016		
	Exposição Total	Credito em cumprimento	Do qual curado	Imparidade Total	Credito em cumprimento	Credito em incumprimento
Corporate Dealer	102.771.469	102.771.469		490.760	490.760	
Corporate	33.408.402	32.886.821	1.827.580	748.329	212.399	535.939
Construção e CRE	13.812.017	13.190.819	262.842	621.197	168.489	519.057
SME	79.163.648	76.683.050	206.163	348.491	265.380	2.053.731
Private	185.955.831	184.366.916	532.228	4.476	191.255	1.143.691
<b>Total</b>	<b>415.111.367</b>	<b>409.899.075</b>	<b>2.828.813</b>	<b>5.580.692</b>	<b>1.328.274</b>	<b>4.252.418</b>

Segmento	De Exposição Total 31.12.2016					De Exposição Total 31.12.2016				
	Exposições Total 31.12.2016	Credito em cumprimento		Credito em incumprimento		Exposições Total 31.12.2016	Credito em cumprimento		Credito em incumprimento	
		Das de crédito < 90 dias	Das de crédito > 90 dias	Das de crédito < 90 dias	Das de crédito > 90 dias		Das de crédito < 90 dias	Das de crédito > 90 dias	Das de crédito < 90 dias	Das de crédito > 90 dias
Corporate Dealer	102.771.469	102.771.469		102.771.469		490.760	490.760			
Corporate	33.408.402	32.886.651	170	32.886.821		748.329	212.399	131	535.939	
Construção e CRE	13.812.017	13.115.537	75.283	13.190.819	30.948	687.546	164.726	3.763	517.036	
SME	79.163.648	76.115.287	567.763	76.683.050	10.171	348.491	234.726	30.654	2.053.067	
Private	185.955.831	183.163.155	1.203.760	184.366.916	1.583.916	4.476	167.547	23.708	1.143.691	
<b>Total</b>	<b>415.111.367</b>	<b>408.052.099</b>	<b>1.846.976</b>	<b>409.899.075</b>	<b>41.138</b>	<b>5.580.692</b>	<b>1.270.018</b>	<b>58.256</b>	<b>4.249.733</b>	

A diferença entre o montante de exposição total e o montante reportado na Nota 15 deve-se ao facto de, nesta nota estar a ser reportado o portfolio bruto, enquanto na Nota 15 está a ser reportado o portfolio líquido, sendo estas as principais diferenças:

- Diferimentos (comissões, subvenções e despesas iniciais) e
- Anulação de juros.

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de Dezembro de 2017 é apresentado como se segue:

Ano de produção	Corporate Dealer			Corporate			Construção e CRE			SME			Private			Total		
	Exposições contabilizadas	Exposições com impairment	Exposições com impairment revertido	Exposições contabilizadas	Exposições com impairment	Exposições com impairment revertido	Exposições contabilizadas	Exposições com impairment	Exposições com impairment revertido	Exposições contabilizadas	Exposições com impairment	Exposições com impairment revertido	Exposições contabilizadas	Exposições com impairment	Exposições com impairment revertido			
2007 e anteriores			2	20.191	20.774	9	81.898	81.898	39	287.973	286.112	21	155.936	155.930	71	545.458	544.114	
2008			0	0	0	7	95.558	95.558	18	301.133	301.133	14	183.820	183.820	39	540.551	540.551	
2009			2	277	860	5	46.298	47.969	13	247.484	247.424	7	37.442	37.417	27	333.501	333.660	
2010			5	344.499	351.044	11	125.514	125.514	23	104.385	104.182	18	210.092	209.888	57	789.651	791.630	
2011			1	37.149	37.944	7	46.681	46.473	21	332.095	332.095	8	107.814	107.814	37	542.650	543.595	
2012			8	96.400	101.282	5	27.406	24.538	23	157.112	139.985	22	43.243	7.689	68	324.541	272.495	
2013			51	2.676.362	24.450	18	131.649	24.930	118	864.721	115.823	151	920.716	72.307	338	3.594.487	237.510	
2014			83	2.491.634	10.983	114	1.022.386	17.862	653	4.083.823	122.934	926	11.742.788	123.103	1.712	21.300.530	274.894	
2015			137	2.306.400	20.606	218	2.193.921	111.587	1.147	12.792.448	105.441	3.560	32.130.904	172.355	5.062	49.344.073	409.979	
2016			424	8.308.486	20.618	277	4.447.170	23.491	1.480	24.390.272	115.059	4.289	61.437.826	104.992	6.485	98.883.754	264.580	
2017			998	23.023.392	76.542	496	11.641.809	29.391	2.240	89.279.154	136.819	6.159	134.838.445	93.710	16.784	339.301.229	409.042	
Total	6.911	108.518.413	271.990	1.671	38.704.709	665.345	1.167	19.771.565	608.962	8.478	104.844.590	1.827.279	16.212	243.818.167	1.267.123	30.436	618.657.444	4.640.699

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento são apresentados como se segue:

31.12.2017	Corporate Dealer		Corporate		Construção e CRE		SME		Particular		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	108.518.413	271.990	38.704.709	665.345	674.959	129.175	104.844.590	1.827.279	243.818.167	1.267.123	147.898.081	1.066.511
Avaliação Coletiva					19.096.607	479.786					367.759.363	3.574.188
<b>Total</b>	<b>108.518.413</b>	<b>271.990</b>	<b>38.704.709</b>	<b>665.345</b>	<b>19.771.565</b>	<b>608.962</b>	<b>104.844.590</b>	<b>1.827.279</b>	<b>243.818.167</b>	<b>1.267.123</b>	<b>515.657.444</b>	<b>4.640.699</b>

31.12.2016	Corporate Dealer		Corporate		Construção e CRE		SME		Particular		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	102.771.469	490.760	33.408.402	748.329	430.021	147.324	79.163.648	2.319.111	185.955.831	1.334.946	136.609.892	1.386.413
Avaliação Coletiva					13.381.996	540.222					278.501.475	4.194.279
<b>Total</b>	<b>102.771.469</b>	<b>490.760</b>	<b>33.408.402</b>	<b>748.329</b>	<b>13.812.017</b>	<b>687.546</b>	<b>79.163.648</b>	<b>2.319.111</b>	<b>185.955.831</b>	<b>1.334.946</b>	<b>415.111.367</b>	<b>5.580.692</b>

O detalhe dos movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado é apresentado como se segue:

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Saldo inicial da carteira reestruturados (bruto de imparidade)</b>	1.845.440	3.295.621
Créditos reestruturados no período	619.139	542.620
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-821.785	-1.992.800
Outros	0	0
<b>Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>1.642.794</b>	<b>1.845.441</b>

A 31 de Dezembro de 2017 não existe colaterais subjacentes à carteira de crédito.

A distribuição da carteira de crédito por graus de risco é apresentada como se segue:

<b>31.12.2017</b>					
<b>Segmento</b>	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado	Not listed	Total
Corporate Dealer	22.224.593	86.293.820			108.518.413
Corporate	13.900.171	24.589.446	215.092		38.704.709
Construção e CRE	5.987.611	7.344.032	6.252.461	187.461	19.771.565
SME	43.777.565	33.359.688	26.660.269	1.047.068	104.844.590
Private	39.650.962	179.988.510	24.080.876	97.819	243.818.167
<b>Total</b>	<b>125.540.902</b>	<b>331.575.496</b>	<b>57.208.698</b>	<b>1.332.348</b>	<b>515.657.444</b>

<b>31.12.2016</b>					
<b>Segmento</b>	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado	Not listed	Total
Corporate Dealer	31.102.394	71.669.075			102.771.469
Corporate	17.192.476	15.843.410	372.516		33.408.402
Construção e CRE	5.566.977	4.388.972	2.789.792	1.066.276	13.812.017
SME	42.878.263	19.343.628	12.146.709	4.795.048	79.163.648
Private	39.537.459	134.864.402	9.193.893	2.360.077	185.955.831
<b>Total</b>	<b>136.277.569</b>	<b>246.109.487</b>	<b>24.502.910</b>	<b>8.221.401</b>	<b>415.111.367</b>

#### Política de colaterais

As garantias bancárias, onde a MBFS é beneficiária, são prestadas por Instituições registadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. Deste modo encontra-se mitigado qualquer risco associado a falta de liquidez ou incumprimento dessa obrigação.

## **Política de Write-off**

A remoção de um ativo de balanço (write-off) só pode acontecer quando é legalmente ou economicamente impossível de receber, neste caso a MBF só procede a write-off quando tem no seu poder as Declarações do Tribunal assegurando a incapacidade do cliente.

## **34.2 Risco de Concentração**

São aplicados os limites de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho 26 de Junho de 2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, para todos os clientes considerados como grande risco de acordo com o artigo 392º - Definição de grande risco.

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, apenas um cliente representa mais que 1,68% do total da carteira de crédito, após garantias bancárias. Neste sentido concluímos ter um baixo risco de concentração.

Todavia se conjugarmos o crédito concedido a um concessionário com os créditos a clientes finais angariados pelo mesmo (canal fornecedor), importa medir o impacto global da perda de negócio originado por esse concessionário.

O maior concessionário da rede em termos de volume anual financiado a cliente final representa 15,83%; no entanto, face à atual taxa de penetração existiria espaço para substituir esse concessionário por aumento de financiamentos noutros concessionários.

Considerando os moldes de funcionamento do negócio de crédito de stock, consideramos remota a impossibilidade de garantia por parte dos bancos, assim optamos por não considerar este risco na análise efetuada.

## **34.3 Risco de Mercado e de liquidez**

O grupo Daimler possui, em Berlim, um departamento especializado na avaliação dos riscos de taxa de juro e de liquidez; composto por elementos especializados, que analisam de forma exaustiva todas as vicissitudes dos mercados onde o grupo opera, esse departamento ("Asset/Liability Management" ou "ALM") recomenda a estratégia para todas as empresas do grupo, tendo em atenção a realidade mundial e a especificidade dos mercados locais. O ALM colabora ainda na conceção do plano anual, definindo limites aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

Mensalmente, a organização remete ao ALM informação detalhada da sua carteira de crédito e do financiamento existente. Em contrapartida, recebe um relatório onde consta, entre outras, informações sobre



a liquidez da carteira de crédito, assim como análises ao impacto na margem financeira bruta, caso ocorram variações base nas taxas de juro de mercado. A empresa segue as recomendações recebidas em termos de cobertura de riscos de taxa de juro e liquidez, sempre em concordância com as condições atuais do mercado português.

O ALM efetua ainda simulações a cenários ("stress testing") dos tipos de alterações bruscas de mercado que possam envolver risco de taxa de juro e risco de liquidez para as empresas, que constam de relatórios distribuídos regularmente nos diferentes comités especializados do grupo e para discussão com os responsáveis financeiros das empresas, caso a alteração justifique uma ação por parte das empresas.

Importa referir que todos os relatórios elaborados pelo ALM podem a qualquer hora ser solicitados pelos mercados. Caso estes últimos desejem outro tipo de relatórios ou análises específicas poderão também requisita-las ao mesmo departamento.

É também importante referir o facto da carteira da empresa ser na generalidade indexada à taxa de juro Euribor e que os limites ou linhas de crédito negociados com outras entidades de crédito se encontram muito acima dos valores utilizados em cada momento, logo o impacto de uma variação da respetiva taxa na nossa carteira será reduzido.

À data de balanço, a Empresa detinha Euros 3.107.378 em disponibilidades em outras instituições de crédito (2016: Euros 4.498.196).

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros que são liquidados pelo seu valor líquido agrupados por maturidades residuais relevantes. Os ativos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

31 de Dezembro 2017						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos Financeiros:</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.107.378		3.107.378	-	-	-
Créditos a clientes	503.275.563		70.628.978	183.033.317	247.534.559	2.078.710
<b>Passivos Financeiros:</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	360.631.823		58.631.823	117.000.000	185.000.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	128.092.946		40.092.946	56.000.000	32.000.000	-

31 de Dezembro 2016						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos Financeiros:</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.498.196		4.498.196	-	-	-
Créditos a clientes	404.513.702		143.880.947	142.859.430	115.305.688	2.467.637
<b>Passivos Financeiros:</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	325.924.021		35.424.021	120.500.000	170.000.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.128.223		46.128.223	8.000.000	-	-

## **34.4 Risco Cambial**

A sociedade utiliza meios / canais de financiamento próprio onde não é necessária a aplicação de taxas de câmbio, efetuando a totalidade das suas transações em euros, pelo que não se encontra exposta ao risco de liquidação de operações cambiais.

## **34.5 Risco Operacional**

A estratégia de gestão de riscos operacionais da sociedade encontra-se descrita no Manual de Gestão de Riscos, onde se encontram descritos os procedimentos e a metodologia aplicada ao sistema de Gestão de Riscos.

Salientamos ainda que os manuais internos de concessão de crédito, produtos financeiros oferecidos, compliance, contêm todos os procedimentos operativos e riscos a considerar nas referidas áreas.

Para certificação de todos estes procedimentos internos, cada departamento dispõe de controlos, associadas as respetivas operações, permitindo a sua validação no que concerne ao seu cumprimento. Para situações onde se detetem inconsistências, os responsáveis de área formalizam a deteção reportando a situação, formalmente, ao responsável da área de Gestão de Risco e *Quality*, para que se proceda à sua análise e posterior correção, caso venha a ser necessário.

## **Capital Regulamentar**

O Capital regulamentar da Sociedade é calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, que define níveis mínimos para os rácios prudenciais, calculados como quociente entre os fundos próprios e os ativos de risco.

A decomposição dos Fundos próprios, Ativos de risco e Rácios de Solvabilidade da Sociedade em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, apresentam-se como se segue:

CRD/CRR do regulamento (EU) n.º 575/2013	2017 Euros	2016 Euros
<b>A - Fundos Próprios</b>		
Capital realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias	18.001.000	18.001.000
Resultados, Reservas Legais, Estatutárias e Resultados não distribuídos	23.779.518	16.013.090
<b>A1 - Fundos Próprios de Base excluindo ações preferenciais (Core TIER I)</b>	41.780.518	34.014.090
Provisões elegíveis para inclusão em TIER II	-	3.747.861
<b>A2 - Capital Core Tier II</b>	-	3.747.861
<b>B - Ativos de Riscos Equivalentes</b>		
Requisitos de Fundos Próprios	14.247.121	14.507.613
<b>Total de Ativos de Risco Equivalentes</b>	14.247.121	14.507.613
Posição Ponderada	458.889.946	325.107.943
<b>C - Rácios Prudenciais</b>		
Rácio Core TIER I	9,10%	10,46%
Total Rácio Capital	9,10%	11,62%

### 35. Prestação de serviço de mediação de resseguros ou de resseguros

Nos termos do artigo 4.º da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 15/2009-R, de 12 de janeiro de 2010, no que respeita aos requisitos de divulgação aplicáveis à Sociedade na sua qualidade de mediadora de seguros, cumpre prestar a informação seguidamente apresentada.

O total das remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados pela Sociedade ascendeu a Euros 1.528.491. As remunerações em questão têm a seguinte desagregação:

- Remunerações ramo "Vida": Euros 189.886
- Remunerações ramo "Não Vida": a Euros 1.338.605

Adicionalmente, relativamente, às remunerações indicadas, existe uma concentração de 100% na mesma seguradora, neste caso a Liberty Seguros.

No que respeita às contas a receber e a pagar, as mesmas são provenientes de empresas de seguros, e ascendem aos seguintes valores, desagregados por prémios e remunerações:

Contas a receber:

- Prémios a receber: Euros 836.450

Contas a pagar:

- Prémios a pagar: Euros 44.729

Importa ainda referir as contas a receber não se encontram vencidas à data de relato e não têm qualquer imparidade associada.

### 36. Impacto da alteração de políticas contabilísticas

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras individuais com referência a 31 de dezembro de 2017, a MBFSP aplicou pela primeira vez o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 30 de dezembro, que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as NIRF, tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras individuais da MBFSP deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's).

A alteração, em 1 de Janeiro de 2016 do referido Aviso, resulta fundamentalmente da revogação do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 referente ao registo da imparidade sobre a carteira de crédito. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos, a partir de 1 de janeiro de 2016, reconhecendo nessa data a totalidade dos efeitos da adoção das NIRF em capitais próprios. Nesta base, a rubrica Outras reservas e resultados transitados inclui, com efeitos a 1 de Janeiro de 2016, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística.

A referida reexpressão efetuada no âmbito das NIRF, pode ser analisada conforme segue:

	31-dez-16 Euros	Ajuste NIC's Euros	31-dez-2016 Pró-forma Euros
Juros e rendimentos similares	16.682.052	-	16.682.052
Juros e encargos similares	(2.979.241)	-	(2.979.241)
<b>Margem financeira</b>	<b>13.702.811</b>	<b>-</b>	<b>13.702.811</b>
Resultados de serviços e comissões	641.798	-	641.798
Outros resultados de exploração	2.487.141	-	2.487.141
<b>Total de proventos operacionais</b>	<b>16.831.750</b>	<b>-</b>	<b>16.831.750</b>
Custos com o pessoal	3.144.368	-	3.144.368
Gastos gerais administrativos	5.400.082	-	5.400.082
Depreciações e Amortizações	50.180	-	50.180
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(677.762)	(835.699)	157.937
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(73.209)	126.972	(200.181)
Outras provisões líquidas de reversões	29.837	(789.588)	819.425
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>8.958.254</b>	<b>1.498.315</b>	<b>7.459.939</b>
Impostos correntes	(2.207.157)	-	(2.207.157)
Impostos diferidos	(191.798)	(365.690)	173.892
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>6.559.299</b>	<b>1.132.625</b>	<b>5.426.673</b>

	31-dez-16	Ajuste NIC's	31-dez-2016	1-jan-16	Ajuste NIC's	01-jan-2016
	Euros	Euros	Pró-forma	Euros	Euros	Pró-forma
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
<b>Ativo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.498.196	-	4.498.196	2.154.264	-	2.154.264
Ativos disponíveis para venda	125	-	125	649	-	649
Créditos a clientes	403.036.788	(1.476.914)	404.513.702	336.448.230	(2.312.613)	338.760.843
Ativos não correntes detidos para venda	226.529	141.232	85.297	468.661	268.204	200.457
Ativos tangíveis	243.081	-	243.081	210.211	-	210.211
Ativos intangíveis	644	-	644	1.453	-	1.453
Ativos por impostos diferidos	340.432	(638.280)	978.712	532.230	(272.591)	804.821
Outros ativos	31.804.038	-	31.804.038	21.122.197	-	21.122.197
<b>Total do Ativo</b>	<b>440.149.833</b>	<b>-1.973.962</b>	<b>442.123.795</b>	<b>360.937.895</b>	<b>-2.316.999</b>	<b>363.254.895</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	325.924.021	-	325.924.021	286.969.356	-	286.969.356
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.128.223	-	54.128.223	24.965.059	-	24.965.059
Provisões	619.529	(4.313.715)	4.933.245	903.966	(3.524.128)	4.428.094
Passivos por impostos correntes	2.289.798	-	2.289.798	1.944.396	-	1.944.396
Outros passivos	15.407.744	-	15.407.744	10.933.902	-	10.933.902
<b>Total do Passivo</b>	<b>398.369.315</b>	<b>-4.313.715</b>	<b>402.683.031</b>	<b>325.716.679</b>	<b>-3.524.128</b>	<b>329.240.807</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	18.001.000	-	18.001.000	18.001.000	-	18.001.000
Reservas e resultados transitados	17.220.218	1.207.128	16.013.090	17.220.216	1.207.128	16.013.088
Resultado do exercício	6.559.300	1.132.625	5.426.674	-	-	-
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>41.780.518</b>	<b>2.339.754</b>	<b>39.440.764</b>	<b>35.221.216</b>	<b>1.207.128</b>	<b>34.014.088</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>440.149.833</b>	<b>-1.973.962</b>	<b>442.123.795</b>	<b>360.937.895</b>	<b>-2.316.999</b>	<b>363.254.895</b>

### 37. Factos relevantes ocorridos no exercício de 2017 e eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

## 38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

### Normas recentemente emitidas que irão entrar em vigor em períodos futuros

Um conjunto de novas normas são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem a 1 de Janeiro de 2017, e permitem a aplicação antecipada; contudo, a Sociedade não adotou antecipadamente as novas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de Novembro).
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de Novembro).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

### Instrumentos Financeiros IFRS 9

Em Julho de 2014, a IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 entra em vigor para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, com permissão para adoção antecipada, e vem substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Sociedade irá aplicar a IFRS 9, como emitida a Julho de 2014, no período que se inicia em 1 de Janeiro de 2018, e irá adotar antecipadamente as modificações da IFRS 9 efetuadas na mesma data. De acordo com as avaliações efetuadas à data, o impacto total estimado (líquido de impostos) da adoção da IFRS 9 nos resultados transitados da Sociedade com referência a 1 de Janeiro de 2018 é aproximadamente €465.892, representando:

- Redução de aproximadamente €402.880 relacionados com requisitos de imparidade da carteira de crédito da Sociedade; e
- Aumento de aproximadamente €121.576 relacionados com impactos em imposto diferido ativo.

Esta avaliação é preliminar uma vez que a transição ainda não se encontra finalizado. O impacto atual da adoção da IFRS 9 a 1 de Janeiro de 2018 pode ainda alterar pelos seguintes motivos:

- A IFRS 9 requer que a Sociedade reveja os seus processos contabilísticos e de controlo interno e esses processos não se encontram finalizados;
- Apesar de se ter efetuado um paralelo no segundo semestre de 2017, as alterações nos sistemas e controlos associados ainda não atingiram um estado de maturidade avançado;
- A Sociedade não finalizou ainda o período de testes, a avaliação dos controlos existentes no seu sistema de IT bem como as mudanças na sua estrutura de Governo;
- A Sociedade encontra-se a afinar e finalizar os modelos de cálculo da ECL; e
- As novas políticas, pressupostos, decisões e métodos de cálculo aplicados estão sujeitos a modificações até que a Sociedade finalize as suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data inicial de aplicação.

### I. Classificação – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para ativos financeiros que reflete o modelo de negócio utilizado na gestão do ativo bem como as características dos seus *cash flows*.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor com alterações no rendimento integral (FVOCI) e mensurados ao justo valor com alterações em resultados (FVTPL). Como consequência as categorias existentes na IAS 39 “*Held to Maturity*”, “*Loans and Receivables*” e “*Available for Sale*”, são eliminadas.

## II. Imparidade – Ativos Financeiros, Empréstimos e Contractos de Garantias Financeiras

O IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” da IAS 39 por um modelo de “perda esperada”. Isto irá requerer decisões consideráveis na forma como as alterações nos fatores económicos irão afetar os “ECLs”, que irão ser determinados numa base de ponderação de probabilidade.

A IFRS 9 requer que as perdas sejam reconhecidas num montante de “ECLs” de 12 meses ou “ECLs” para a totalidade da duração do contracto. ECLs para a totalidade do contracto, são os “ECLs” que resultam de todos os possíveis incumprimentos (*defaults*) durante a vida esperada de um instrumento financeiro, enquanto “ECLs” de 12 meses são a porção de “ECLs” que resultam dos eventos de incumprimento que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de reporte.

### Modelo “perda esperada” (Expected credit loss impairment model)

De acordo com a IFRS 9, as provisões serão mensuradas em cada data de relato de acordo com um modelo de perda de crédito esperado de três níveis:

- Nível 1 - Desde o reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha um aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, uma provisão para perda é reconhecida igual às perdas de crédito esperadas resultantes de incumprimentos ocorridos ao longo dos próximos 12 meses.
- Nível 2 - Após um aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, uma provisão para perda é reconhecida igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo.
- Nível 3 - Quando um ativo financeiro é considerado como depreciado por crédito, será reconhecida uma provisão para perda equivalente a perdas de crédito esperadas de vida plena. A receita de juros é calculada com base na quantia escriturada do ativo, líquida da perda de imparidade, em vez do valor bruto.

As provisões para perdas de créditos nível 1 e 2 substituem efetivamente a provisão coletiva de empréstimos ainda não identificados como perda registados de acordo com a IAS 39, enquanto no nível 3 a provisão para perdas de créditos efetivamente substituem os subsídios individualmente e coletivamente avaliados por empréstimos com imparidade.

De acordo com a IFRS 9, a população de ativos financeiros e as provisões correspondentes divulgadas como nível 3 não corresponderão necessariamente aos valores dos ativos financeiros atualmente divulgados como tendo imparidade de acordo com a IAS 39. De acordo com a IAS 39, é efetuado Write-off quando não há probabilidade de recuperação. Assim, a política sobre efetuar Write-off dos ativos financeiros não mudará significativamente na adoção da IFRS 9.

### Definição de Default

A definição de *default* utilizada na mensuração das perdas de crédito esperadas e a avaliação para determinar o movimento entre níveis de crédito serão consistentes com a definição do *default* usado para fins de gestão de risco de crédito interno. A IFRS 9 não define o padrão, mas contém uma presunção refutável de que o *default* ocorreu quando uma exposição é superior a 90 dias.

Na verificação de quando o devedor se encontra em incumprimento (*default*), a Sociedade irá considerar os triggers identificados na *Watch List* e *Problem Credit*.

### Mensuração dos ECLs (expected credit losses)

Os ECLs são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito e serão mensuradas da seguinte forma:

- Ativos financeiros que não detêm imparidade de crédito na data de reporte: o valor atual (*present value*) de todos os fluxos não cumpridos – isto é a diferença entre os *cash flows* devidos à entidade de acordo com o contracto e os *cash flows* que o Grupo espera receber;
- Ativos financeiros que detêm imparidade de crédito à data de reporte: a diferença entre o valor bruto devido e o valor atual (*present value*) dos *cash flows* estimados futuros;

- Disponibilidades de crédito não utilizadas: o valor atual (*present value*) da diferença entre os *cash flows* contractuais que são devidos ao grupo se o empréstimo for pago na sua totalidade, e os *cash flows* que o grupo espera efetivamente receber.

## **Inputs na mensuração dos ECLs**

Os *inputs* chave para a mensuração dos ECLs são previsivelmente as seguintes variáveis:

- PD;
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD); e
- Exposição em Incumprimento (*Exposure at Default* – EAD).

Estes parâmetros derivarão de modelos estatísticos internos desenvolvidos, e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios. Serão ajustados para refletir informação prospetiva como descrito abaixo.

## **Informação Prospetiva (*Forward-looking information*)**

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada nível e a avaliação de aumentos significativos no risco de crédito devem considerar informações sobre eventos passados e condições atuais, bem como previsões razoáveis e suportáveis de eventos futuros e condições económicas. A estimativa e a aplicação de informações prospetivas exigirão julgamento significativo.

As informações relativas às PD, LGD e EAD utilizadas para estimar as provisões para perda de créditos no nível 1 e da Etapa 2 são a base das variáveis macroeconómicas (ou mudanças nas variáveis macroeconómicas) que estão mais correlacionadas com as perdas de crédito no portfólio relevante. Cada cenário macroeconómico usado no cálculo da perda de crédito esperado terá previsões das variáveis macroeconómicas relevantes – incluindo, mas não limitado a, taxas de desemprego, produto interno bruto, rendimentos de títulos, spreads de crédito, índices de ações, volatilidade do mercado de ações, preços dos imóveis “real state” residenciais e comerciais e preços das commodities – por um período de cinco anos, subsequentemente retornando às médias de longo prazo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas no nível 1 e 2 será uma estimativa ponderada de probabilidade descontada que considera um mínimo de três cenários macroeconómicos futuros. O cenário base basear-se-á em previsões macroeconómicas publicadas pelo grupo de economia interna. Cenários de vantagem e desvantagem serão definidos em relação ao nosso cenário de base baseado em condições macroeconómicas alternativas razoavelmente possíveis. O design do cenário, incluindo a identificação de cenários de vantagens adicionais, ocorrerá pelo menos numa base anual e com mais frequência se as condições o justificarem.

Os cenários serão medidores de probabilidade de acordo com a nossa melhor estimativa de acontecimento com base na frequência histórica e nas tendências e condições atuais. Os pesos de probabilidade serão atualizados trimestralmente. Todos os cenários considerados serão aplicados a todas as carteiras sujeitas a perdas de crédito esperadas com as mesmas probabilidades.

As taxas de perdas utilizadas nas provisões para o nível 3, avaliadas coletivamente, serão ajustadas com base nos cenários macroeconómicos voltados para o futuro utilizados nas estimativas do estágio 1 e do estágio 2. As dívidas avaliadas individualmente serão estabelecidas com base numa série de possíveis resultados, que podem incluir cenários macroeconómicos ou não macroeconómicos, conforme apropriado.

A avaliação de aumentos significativos no risco de crédito será baseada em mudanças nos ponderadores de probabilidade de informação prospetiva da PD, usando os mesmos cenários macroeconómicos que o cálculo das perdas de crédito esperadas.

## **iv. Modificação e Desreconhecimento de contractos**

A IFRS 9 incorpora os requisitos da IAS 39 para o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros sem alterações significativas.

A Sociedade estima um impacto imaterial decorrente da adoção destes novos requisitos.

## **vi. Divulgações**

A IFRS 9 irá requerer um conjunto extenso de novas divulgações, nomeadamente no que respeita a contabilidade de cobertura, risco de crédito e imparidade.

## **viii. Transição**

Para gerir a transição para a IFRS 9, o Grupo Daimler implementou um programa abrangente em toda a iniciativa, liderado conjuntamente pela Financeira e Gestão de Riscos, que se concentra em áreas-chave de impacto, incluindo relatórios financeiros, dados, sistemas e processos, bem como comunicações e formação. Ao longo do projeto,



foram fornecidas atualizações regulares ao Comité de Auditoria, ao Comité de Risco e à Administração para garantir o escalonamento de questões e riscos chave.

Durante o exercício de 2017, foram concluídas as seguintes etapas:

- Completou o “parallel run” do processo final durante o quarto trimestre de 2017, cujos resultados foram utilizados para testar nossos modelos e metodologias em relação aos nossos principais indicadores de desempenho;
- Novos modelos de imparidade relevantes validados;
- Documentação concluída de políticas contabilísticas e de risco atualizadas em todo o banco;
- Estruturas de governance e controlo finalizadas sobre novos processos e testes de controlos internos;
- Documentado o lançamento e implementação do projeto IFRS 9 e estrutura de governance, incluindo key controls;
- Continuou a oferecer seminários de formação e educação aos interessados internos; e
- Divulgações externas preparadas a serem fornecidas na transição para a IFRS 9 e de futuro numa base trimestral ou anual.

## IFRS 15 - Rédito de contractos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contractos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contractos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou

Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade.

## IFRS 16 – Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador - o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

## Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Sociedade

### IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

### IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um

pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

## **Outras alterações**

Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.

Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





---

**ANEXOS**



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 557.454.467 euros e um total de capital próprio de euros 49.973.746, incluindo um resultado líquido de 8.193.228 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;







- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

28 de março de 2018

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A., apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A., relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2017.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2017, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas sem ênfases ou reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2017;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 28 de março de 2018

**O FISCAL ÚNICO**

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)